



Proposições legislativas sobre cannabis/maconha na Câmara dos Deputados brasileira, 1988-2019

Aruna Sol (Juliana Simões Pereira) – Graduado em Ciências Sociais – UFV – juliana.s.pereira@ufv.br

Daniela Leandro Rezende – Professora adjunta DECAD/ICSA – UFOP – daniela.rezende@ufop.edu.br

Palavras-chave: cannabis/maconha; projeto de lei; câmara dos deputados

Ciência Política – Ciências Humanas e Sociais – Pesquisa de Graduação – PIBIC/CNPQ

Introdução

Há dois discursos fundamentais nas posições de parlamentares sobre o tema da regulação da cannabis, a saber, uma voltada à dimensão repressiva, mais próxima das ações de criminalização voltadas à área de segurança pública, e outra relacionada ao uso medicinal ou terapêutico da planta, em que o tema seria tratado como uma questão de saúde pública. Nesse sentido, a pesquisa busca identificar que fatores influenciam as duas posições no debate legislativo, quais os argumentos mobilizados para reforçar cada um desses discursos e se e como esses variam ao longo do tempo, é relevante para se avançar ações relativas tanto à segurança pública quanto com relação a políticas públicas de saúde que envolvam a regulação da cannabis no Brasil.

Objetivos

O objetivo geral do projeto é analisar os argumentos e ações sobre cannabis/maconha mobilizados no debate legislativo na Câmara dos Deputados brasileira.

Metodologia

Visando conhecer melhor o posicionamento dos partidos políticos brasileiros, dos parlamentares na Câmara dos Deputados e os conteúdos dos diferentes tipos de proposição legislativa, o presente pesquisa realizou 1. um censo das propostas, considerando o período entre 1988 e 2019 e 2. uma análise do conteúdo de proposições selecionadas a partir dos dados levantados no referido censo. A pesquisa empregou metodologias qualitativas e quantitativas distintas, ancoradas no método da análise de conteúdo. Em um primeiro momento, elaborou-se um censo com todas as proposições legislativas apresentadas entre 1988 e 2019 que apresentem as palavras-chave maconha e/ou cannabis, incluindo variáveis sobre autoria, partidos, além de variáveis características das proposições. O banco de dados construído a partir desse censo subsidiará a análise a partir de estatísticas descritivas, com o auxílio do programa IRaMuTeQ.

Bibliografia

BRANDÃO, M. D. **Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha.** Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia, UFPE. 2017.

Resultados e Discussão

Foram analisados 73 projetos de lei no total, sendo 13 relativos à palavra chave cannabis e 60 relativos à palavra chave maconha. Uma análise qualitativa dos projetos de lei com a palavra chave cannabis (13) apontam que os PLs que tratam a descriminalização da cannabis voltado ao uso medicinal não criticam o paradigma proibicionista, visto que separam a maconha-droga da cannabis-produto, este que deve ser regulamentado, enquanto a outra deve continuar ilícita. No entanto, trabalham e expandem o significado da associação cannabis-produto, dando atenção a substância que passa a ser incorporada ao mercado e/ou à indústria farmacêutica. Os projetos que propõem modificação da Lei de Drogas orientados para um tratamento menos repressivo aos usuários expandem a dimensão médico-social-preventiva. Estes reafirmam o argumento de Campos (2019) de que a emergência de uma nova lei de drogas foi orientada para uma abordagem “menos punitiva” e mais preventiva, agora focada na “saúde” do usuário de drogas.

Conclusões

Resultados indicam maior proeminência de projetos sobre cannabis/maconha após a Lei nº 11.343, de 2006, “Lei de Drogas”. Também foi observado que a grande maioria dos projetos analisados que citam a palavra maconha (60) tratam de “drogas” de forma generalizada. Nestes a palavra maconha é associada a droga, que por consequência é associada a problema social, pois segundo as premissas do paradigma proibicionista, o uso de drogas é algo danoso, o que justifica sua criminalização por parte do Estado. Os projetos que contêm a palavra cannabis (13) tratam especificamente dessa planta e seus derivados. Estes tem proeminência mais recente, a partir de 2011, marcando um movimento de atenção a substância como produto a ser incorporado ao mercado e à indústria farmacêutica no país. A dicotomia as associações maconha-droga e cannabis-produto, aponta que nos últimos anos há uma manutenção legislativa para incorporar a cannabis-produto no léxico de um Estado que possui o paradigma proibicionista enraizado, e que até pouco tempo apenas tratava da maconha-droga, como problema social.

CAMPOS, M da S. **Pela metade. A lei de drogas no Brasil.** São Paulo, Anna Blume. 2019.

IORE, M. **O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas.** Novos Estudos – CEBRAP, 92:9-21. 2012